

IM (PEC) Á VEIS!



21.º Aniversário da ANS
Que futuro para as FA
no Centenário
da República

Págs. Centrais

Não à destruição
da
Saúde Militar

Pág. 6

Vencimentos
Aplicação
dá razão à ANS

Pág. 2

Durante largos meses, incluindo a última campanha eleitoral, os diferentes membros do Governo e o partido que lhe dá suporte parlamentar – o PS – defenderam as virtudes do investimento público, nomeadamente as grandes obras – TGV, novo aeroporto, auto-estradas – como forma de dinamizar a economia, gerar negócios às empresas e criar emprego.

Somos dos que entendem não ser possível sair desta crise profunda, em que anos consecutivos de aplicação de políticas neoliberais nos colocaram, sem um decisivo esforço público. O investimento público é um factor determinante, em qualquer momento, mas por força da razão, em períodos recessivos e de crise, para a dinamização económica, promovendo o seu crescimento, pois sem este não é possível sairmos de onde nos colocaram. Situação continuamente aproveitada por uns poucos (os mesmos de sempre), mas lançando paulatinamente quem vive do rendimento do seu trabalho, cada dia que passa, em situações económicas e sociais mais difíceis e muitos, mesmo muitos, no limiar da pobreza.

Foi pois, com grande estupefacção que assistimos à guinada de 180° feita pelo primeiro-ministro, o seu Governo e quem o suporta, na sequência duma reunião em Bruxelas, ocorrida no fim-de-semana de 7 a 9 de Maio. Guinada que transformou o necessário em erro e o que antes era errado em necessário, com a justificação esfarrapada que o mundo mudou naquele fim-de-semana, sem explicar objectivamente o que tinha mudado, qual o grau dessa mudança quando, dias antes e pelos mesmos protagonistas, éramos apontados como os "campeões" do crescimento económico na Europa e os que primeiro tinham saído da recessão.

A Capitulação

É sabido que o mundo não muda tão repentinamente e que naquele fim-de-semana de Maio não mudou concerteza. A Terra continuou a fazer parte do Sistema Solar, continuou a girar de Ocidente para Oriente, como até aí, os protagonistas políticos e económicos continuaram os mesmos, a gula insaciável do capital financeiro não se alterou, o que terá mudado então?

Nada de especial mudou! Perante a chantagem que vinha sendo feita, sobre os países em maiores dificuldades, pela Comissão Europeia e pela Alemanha, entenderam estes arautos do neoliberalismo que tinha chegado o momento de sujeitar os trabalhadores europeus a mais um conjunto de medidas de austeridade em nome do controlo do défice e da dívida externa, e os governos dos países mais débeis economicamente, entre os quais Portugal, capitularam perante o poder e a gula dos mais fortes.

Mas nesse famigerado fim-de-semana de Maio a capitulação não se ficou por aqui. Outro aspecto bem mais grave, ou pelo menos de importância semelhante, também ocorreu e que inexplicavelmente não mereceu até ao momento grande

referência. Falamos da obrigatoriedade que os estados membros da UE passaram a ter de apresentarem à Comissão Europeia os projectos de Orçamento de Estado, já em 2010, antes de serem apresentados nos parlamentos nacionais.

Foi mais uma parcela da nossa já pouca Soberania que ficou em Bruxelas. Uma vez mais perpetrada nas costas do povo português e dos europeus. Talvez isto responda ao facto de não lhe ter sido dada importância. Uma vez mais o Governo português não esteve bem, ao não defender a independência e soberania nacionais como era sua obrigação constitucional, moral e patriótica.

Perguntarão os nossos leitores, "mas o que tem tudo isto a ver com as Forças Armadas?" Nós entendemos que tem tudo! Se não, vejamos: nos termos constitucionais (Art. 275.º) incumbe às Forças Armadas a defesa militar da República. O mesmo texto constitucional (Art. 1.º) define que Portugal é uma República Soberana, logo não é possível dissociar a República da soberania nacional, nem esta das Forças Armadas. Sempre que se ceda parte da soberania as Forças Armadas perdem importância e sem esta podem ser negligenciáveis. Reside nisto, muitas das razões que estão na génese do feroz ataque à Condição Militar que tem ocorrido nos últimos tempos.

Para nós – Sargentos de Portugal – foi sempre muito claro, e por isso nos temos batido, desde sempre, que defender a Condição Militar é defender as Forças Armadas, é por conseguinte, defender a Soberania Nacional. É fazermos juz ao nosso juramento solene de defender a Pátria e estar sempre pronto a lutar pela sua liberdade e independência, mesmo com o sacrifício da própria vida. ▲

NOVO REGIME REMUNEATÓRIO

Aplicação vem dar razão à ANS

Recentemente a comunicação social deu conta da existência de um "buraco orçamental" de 190 milhões de Euros, no Orçamento do Ministério da Defesa Nacional provocado pelo aumento das despesas com o pessoal.

Contactado por "O Sargento", o presidente da ANS, Lima Coelho, afirmou-nos: "não posso confirmar a existência de tal 'buraco', mas a notícia não me surpreende".

"Em Outubro do ano passado alertámos quem de direito (antes da aprovação da legislação) que o regime remuneratório das Forças Armadas que iria entrar em vigor a partir de Janeiro era absolutamente impossível de ge-

rir", lembra o presidente da ANS.

Lima Coelho relembra que, "por ser essa a nossa convicção, diligenciámos junto do MDN para a não aprovação do documento, e que depois da sua aprovação, perante as dificuldades evidentes para a sua aplicação, tudo fizemos, junto dos Ministérios envolvidos, para que o Governo suspende-se a eficácia do documento legislativo, até serem corrigidos os factores e anomalias hoje apontadas como causadores da derrapagem. Não fomos ouvidos, não nos quiseram ouvir, agora está aí o problema, e uma vez mais a vida veio confirmar as nossas dúvidas e preocupações."

Ainda, segundo Lima Coelho, este problema, que a confirmarem-se estes números de derrapagem orçamental atingirá no final do ano um valor perto dos 400 milhões de Euros, arrasta consigo outros problemas, alguns dos quais já se fazem sentir, referimo-nos ao bloqueamento das carreiras, à não promulgação dos novos quadros orgânicos, ao incumprimento da legislação no que diz respeito aos arrastamentos para os níveis seguintes, com graves incidências nas categorias de Sargento e Praças, na não actualização dos complementos de pensão como determina a Lei n.º 34/2008 de 23 de Julho, que afecta a generalidade dos militares reformados com menos de 70

anos de idade.

"Começa a falar-se nos corredores, à boca pequena, que uma solução para o problema pode passar por utilizarem o nosso 13.º mês para tapar o 'buraco'. Nós não aceitamos termos de pagar, com o dinheiro que honradamente ganhamos, os desmandos, a teimosia e os erros de quem nos tutela. Avisámos do que aí vinha, em devido tempo, insistimos enquanto foi possível evitar o problema, mesmo correndo o risco de incompreensão de muitos camaradas, não quiseram saber, agora não nos peçam para pagar, para nos sacrificarmos mais, e às nossas famílias", concluiu Lima Coelho. ▲

COMEMORAR ABRIL

CONTACTANDO A POPULAÇÃO

A ANS, como vem sendo tradição nos últimos anos, participou activamente nas comemorações populares do 36.º aniversário da Revolução do 25 de Abril.

Na noite de 24 para 25 de Abril esteve presente, no Largo Paiva Couceiro, nas comemorações promovidas pelas colectividades e Juntas de Freguesia da Zona Oriental de Lisboa. Noite plena de entusiasmo e vivência solidária onde se destacaram as intervenções das organizações promotoras e do Cte Fernandes Torres, que lembrou, nunca é demais fazê-lo, as grandes transformações sociais, políticas e económicas provocadas pela Revolução. No âmbito cultural destacamos a participação do Coro da Academia dos Amadores de Música, mais conhecido pelo Coro do Maestro Lopes Graça, que interpretou várias das suas "canções heróicas".

No dia 25 estivemos presentes com as outras APM's no desfile da Avenida da Liberdade, uma vez mais, em defesa da Condição Militar.

Durante o desfile a ANS contactou com a população, que às dezenas de milhar enchiam a Avenida, distribuindo um "desdobrável" explicativo da nossa posição face ao novo regime remuneratório e recolhendo assinaturas de apoio ao projecto de AMNISTIA entregue na Assembleia da Re-



pública.

Do "desdobrável", denominado "*Esclarecimento Público*", destacamos:

Os Sargentos de Portugal não concordam!

Logo que foi conhecida a proposta da tabela remuneratória única, em Julho de 2009, a ANS deu a conhecer

a sua discordância assente nas seguintes razões:

- As associações representativas dos militares não foram envolvidas na elaboração da proposta, ao contrário do que determina a lei.
- É errado transitar para um novo sistema remuneratório, sem antes resolver os problemas do anterior sistema.

• Enquanto a carreira de Oficiais progride ao longo de 39 níveis remuneratórios, as de Sargentos e Praças tem apenas 16 níveis, sendo que a maioria destes militares progride apenas 7 níveis ao longo de toda a carreira.

Por isso a ANS apresentou ao Ministro da Defesa Nacional um memorando em que pedia a suspensão da entrada em vigor desta lei injusta e problemática.

Os Sargentos de Portugal não se vendem!

Os objectivos são claros.

Pagar melhor a quem mais manda, como impera no pensamento neoliberal vigente, mesmo que daí resulte a transformação dos chefes e dirigentes em verdadeiros capatazes, através da compra das suas consciências.

Tendo como um dos objectivos, este sistema remuneratório, a compra das consciências dos militares portugueses, os Sargentos de Portugal afirmam solenemente que não estão à venda e, por conseguinte, não se deixam comprar.

Por isso fazemos este esclarecimento público, na firme convicção de assim estarmos a respeitar o nosso juramento perante a Bandeira Nacional e o princípio Constitucional de servirmos em exclusivo o Povo Português. ▲

Militares ou mercenários?

O PEC e o que sobra?

A defesa da pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses. Às FFAA incumbe a defesa militar da República e compõem-se exclusivamente de cidadãos portugueses. É dever individual de cada português passar à resistência passiva e activa nas áreas do território nacional ocupadas por forças estrangeiras.

As FFAA são compostas por oficiais, sargentos e praças, uns pertencentes ao quadro permanente, outros em regime de contrato e voluntariado. Este conjunto de militares, fazem parte de umas FFAA regulares, com regras, hierarquias, direitos e deveres definidos, e um determinado enquadramento constitucional.

Coisa distinta são os mercenários. Estes são soldados que servem num exército juridicamente desenquadrado, a troco de um estipêndio. Assim aconteceu com Frederico II nas suas batalhas na Europa; com Aníbal e ou-

tros chefes cartagineses na guerra contra Roma, principalmente com o uso de gauleses e catalães. Todavia, na actualidade, subsistem organizações que se comportam como tal, prestando serviços de natureza militar. Falamos de Empresas com companhias militares privadas, normalmente constituídas por ex-militares. O recente caso da norte-americana Blackwater é, de entre outras, o caso mais ilustrativo de utilização no Iraque. Empresas, como a citada, que participam no esforço de guerra por decisão do governo norte-americano. Existem também as Legiões Estrangeiras que são forças constituídas por estrangeiros, voluntários ou contratados, em regra sob anonimato. A França e a Espanha ainda as mantêm, tendo sido criadas, respectivamente, em 1831 e nos anos 20 do século passado.

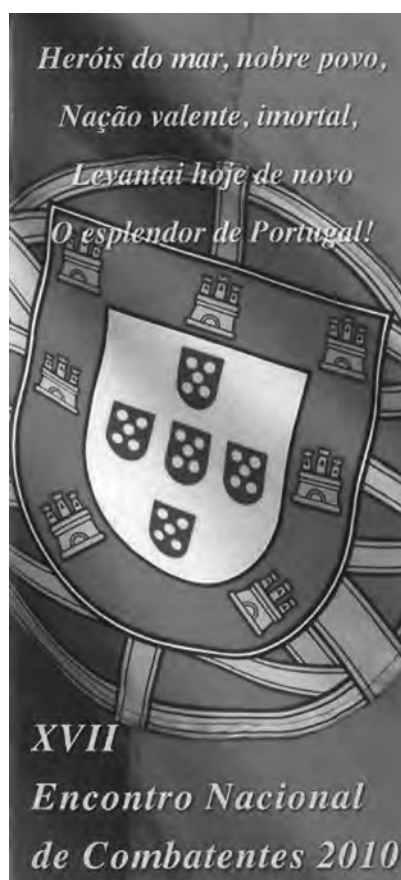
Do mesmo modo que a existência de militares com comportamentos rambescos não transforma as FFAA

num conjunto de rambos, igualmente a existência de militares com propensão para tudo fazerem a troco de mais uns dinheiros, não transforma os militares em mercenários. É assim hoje no quadro de umas forças armadas sem SMO, tal como o mesmo sucedia antes, com SMO. Quantos militares fizeram 3 ou 4 comissões na guerra colonial, não por serem obrigados, mas por se voluntariarem sabendo que isso lhes daria mais algumas benesses? Foram essas mesmas FFAA que ao longo de dezenas de anos protagonizaram lutas contra os vendilhões ao domínio Inglês; que protagonizaram lutas várias contra o fascismo; que fizeram o 25 de Abril, cujos 36 anos comemoramos este ano e que, na actualidade, continuam a protagonizar a luta por direitos sociais e profissionais, exigem o respeito pela Constituição da República, exigem o respeito pela condição militar não por razões corporativas de defesa mes-

quinha de direitos, mas porque a defesa da condição militar é parte integrante da luta contra a subversão neoliberal em curso.

O tão falado PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento, atinge também as FFAA. A somar aos cortes na saúde, corte nos efectivos e imensa legislação não cumprida; a somar à arbitrariedade em voga das "listas negras", de quem não assume com frontalidade e coragem enfrentar e se refugia no esquema; a somar às distorções nas carreiras, surge o PEC. E com ele a privatização dos Estaleiros de Viana do Castelo, depois da passagem a Sociedade Anónima do Arsenal do Alfeite. Os cortes no reequipamento e inevitavelmente noutros direitos sociais.

Que ninguém se iluda: as medidas de política que estão em curso terão consequências negativas para os militares e acentuarão distorções nos princípios enformadores das FFAA.▲



Cerimónias do 10 de Junho em Belém

A ANS, representada pelo seu presidente da Direcção, esteve presente nas cerimónias comemorativas do XVII Encontro Nacional de Combatentes que decorreram em Belém, junto ao Forte do Bom Sucesso, no Monumento aos Mortos do Ultramar.

A Comissão Organizadora para o ano de 2010 foi presidida pelo Almirante Vidal de Abreu que abriu a cerimónia. Ponto marcante desta cerimónia foi a homenagem prestada ao Comandante Oliveira e Carmo, morto em combate em 1961, aquando da invasão do território de Goa pelas tropas da União Indiana. O relato histórico dos factos foi proferido pelo Almirante Pires Neves, a que se seguiu um momento de profundo significado e emoção quando a viúva do Comandante Oliveira e Carmo, acompanhada pelos filhos e netos dirigiu uma emocionada e emocionante mensagem a todos os presentes, enaltecendo o papel fundamental das mulheres dos militares, parte fundamental para a cabal capacidade de exercício da missão militar e, infelizmente tantas vezes esquecidas e remetidas ao ostracismo.

A ANS fez a deposição de uma coroa de flores em homenagem a todos aqueles que tombaram ao serviço da Pátria.

De realçar a forma sentida como decorreu toda a cerimónia, com total integração de todos quantos serviram e servem nas forças armadas, independentemente da sua condição militar, social, religiosa ou qualquer outra, numa clara demonstração de unidade das várias vertentes da Família Militar, sem complexos ou instrumentalização política, nem com actos de segregacionismo como aconteceu numa outra cerimónia que decorreu nesse mesmo dia ao Sul do país. ▲

ANS recebida pela tutela em diferentes audiências

Recentemente e em duas ocasiões diferentes foi a Direcção da ANS recebida pela tutela política, SEDNAM e MDN. No passado dia 11 de Junho, e respondendo a um pedido de audiência com carácter de urgência apresentado pela ANS, o Secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar, Marcos Pestrello, acompanhado do seu chefe de gabinete, recebeu uma delegação de dirigentes da nossa associação composta por António Lima Coelho, José Pereira e Luís Bugalhão, respectivamente presidente, vice-presidente e secretário da Direcção.

Este pedido fundamentou-se na confirmação dos alertas que tínhamos anteriormente deixado aos responsáveis políticos sobre as injustiças e distorções que a aplicação do sistema retributivo, entretanto aprovado e publicado, iriam causar. Nessa anterior ocasião, disse-nos o SEDNAM que estaria disponível para nos receber quando tivéssemos casos concretos de distorção e injustiça.

Assim, e em posse destes novos dados, bastamente conhecidos e sentidos pelos Sargentos portugueses, iniciámos a exposição das nossas preocupações que não foram desmentidas, antes nos foi solicitada informação escrita sobre as matérias. Posteriormente abordámos as questões relativas à falta de perspectiva na progressão na carreira para um número esmagador de militares sargentos com todas as consequências indesejáveis originadas por este facto como sejam a desmotivação, a frustração, a revolta, a incompreensão, sentimentos agravados quando os sargentos se

vêm confrontados com a ameaça, nalguns casos já infelizmente concretizada, de passagem compulsiva à situação de Reserva. Também sobre esta particular preocupação foi solicitada à delegação da ANS o envio de informação mais concreta e pormenorizada. Estranho e curioso este repetido pedido de envio de informação escrita tendo em conta todos os Memorandos que ao longo dos anos os dirigentes da ANS têm feito entrega no gabinete do MDN, versando os mais diversos aspectos.

Defendemos a necessária revisão e alteração de algumas normas e artigos do EMFAR, integrando neste processo as associações representativas, conforme prevê a lei. A revisão deste diploma é tanto mais premente quanto as alterações à Condição Militar (Carreiras, Avaliação, Formação, Vencimentos, Assistência na Doença e Saúde Militar) estão previstas em inúmeros diplomas entretanto em preparação ou já em vigor, sempre com claro prejuízo para os militares e muito particularmente para os militares sargentos.

Embora não fizesse parte da Agenda foi incontornável expressar as preocupações relativas à problemática da Saúde Militar, matéria que entretanto se tornou tema de discussão e assunto de imprensa (questão abordada noutros artigos desta edição).

Ao fim de quase duas horas de audiência, fazendo um resumo dos temas abordados e discutidos, a delegação da ANS indagou sobre o ponto de situação relativamente ao Relatório do Grupo de Trabalho para a Reestruturação das Carreiras dos Militares ao

que o SEDNAM, questionando o seu chefe de gabinete, acabou a afirmar que teriam de procurar informação sobre o assunto. Sinal preocupante!!!

À saída a delegação da ANS fez questão de oferecer ao SEDNAM um exemplar do Relatório do III Congresso da EUROMIL e um exemplar do Relatório sobre o Incumprimento da Legalidade Democrática.

Entretanto, onze dias volvidos, a 22 de Junho, e agora por iniciativa do Ministro da Defesa Nacional, Augusto Santos Silva, foi a ANS convocada para uma reunião no ministério (o mesmo acontecendo com as outras APM's, em audiências separadas), tendo como ponto único da agenda a reestruturação da Saúde Militar, estando o MDN acompanhado pelo SEDNAM e por uma jurista do seu gabinete. A esta reunião a delegação da ANS integrou o presidente da Direcção, os vice-presidentes David' Pereira e Mário Ramos e o tesoureiro José Gonçalves.

Como é apanágio da ANS, também nesta audiência a delegação presente fez a entrega de um Memorando, (que pode ser consultado na página da ANS em www.ans.pt), explanando um conjunto de propostas sob a forma de princípios que no nosso entender devem estar presentes ao implementarem-se alterações sobre esta matéria tão sensível, como é a da Saúde Militar.

Sobre esta preocupante matéria, a Saúde Militar, vários artigos nesta edição expressam a nossa posição e relatam uma série de iniciativas que tiveram lugar recentemente. ▲

Associação de Praças

"Defender para Servir"

A Associação de Praças da Armada, fruto de uma alteração estatutária por decisão da sua Assembleia Geral, alargou o seu âmbito de representatividade às praças das Forças Armadas, designadamente do ramo da Marinha, Exército e Força Aérea, e passou a designar-se de ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS – AP. A formalização da mudança ocorreu através da escritura outorgada em 15 de Abril de 2010, em Oeiras.

Esta decisão vem assim permitir que as praças dos diversos ramos das Forças Armadas possuam uma só associação que os represente, sem no entanto, esquecer a génese, fundamentação e especificidade e especialidade dos seus próprios ramos. A proposta de criação de uma única associação conduz e traduzirá numa melhor defesa dos direitos consagrados na Constituição e nos diversos com-

plexos normativos legais que regem a actividade das Forças Armadas Portuguesas.

Os novos Órgãos Sociais tomaram posse no passado dia 21 de Abril, nas

instalações da Fundação Portuguesa das Comunicações, em Lisboa, numa cerimónia que contou com a presença de inúmeras entidades. ▲



VENCIMENTOS E CARREIRAS

Para quando o fim das trapalhadas e das injustiças?

Os dois assuntos referidos no título estão indissociavelmente ligados e são estruturantes da Condição Militar. Um vencimento justo e uma expectativa de progressão ao longo da carreira são condições essenciais ao cumprimento da missão atribuída constitucionalmente às Forças Armadas. É assim que, especial e nomeadamente na Lei n.º 11/89, de 1 de Junho - Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar - e no EMFAR (DL n.º 236/99, de 25 de Junho, com várias alterações, a última pelo DL n.º 310/07 de 11 de Setembro) aqueles dois aspectos fundamentais (entre outros, não menos importantes, mas de alcance

menos imediato nas condições de vida do militar e das suas famílias) são tratados como um compromisso que a Nação assume com o cidadão militar para que este, em última análise, se disponha a entregar, se necessário, o seu bem mais precioso: a vida!

Ora, desde Novembro de 1975 até aos dias de hoje, as várias tutelas têm-se preocupado mais em destruir a Condição Militar, do que em fazer das Forças Armadas nacionais um corpo coeso e motivado para prosseguir a sua função, repete-se, constitucional no Portugal democrático. É como se houvesse necessidade de rebaixar e humilhar o

cidadão que abraçou a carreira militar, como se existisse da parte do poder político uma necessidade de vingança pelo facto de, em 25 de Abril de 1974, os militares terem oferecido de bandeja a Democracia ao Povo português, esse Povo até então tão maltratado e tão desconsiderado, donde emanam aliás, os homens e as mulheres que juraram defender a Lei e a Pátria.

E se não é vingança, é pelo menos um crescer de injustiças e de trapalhadas, cujo termo não se vislumbra, apesar dos avisos e denúncias que as Associações Profissionais de Militares, e em particular a ANS, têm feito ao

longo de mais de 21 anos de prática associativa. Não querendo neste texto aprofundar causas e apontar soluções pormenorizadas - temo-lo feito nos fóruns apropriados e junto de todos os Órgãos de Soberania, tendo disso dado conta aos nossos associados, aos Sargentos de Portugal e à sociedade em geral - pensamos ser importante apresentar uma série de notas, de carácter prático, que demonstram a justiça e sensatez da nossa posição quando propusemos/requeremos junto da tutela a suspensão do DL n.º 296/2009 de 14 de Outubro.

Senão vejamos o quadro em baixo.

1. Alguns 2SAR auferem vencimentos diferenciados decorrentes da aplicação confusa do DL n.º 296/2009 de 14 de Outubro. Por outro lado, o facto de haver camaradas colocados correctamente nas novas Posições Remuneratórias (PR), ao mesmo tempo que isso não é aplicado a outros, gera um grande sentimento de injustiça, o que levou à apresentação de exposições/ requerimentos aos diferentes CEM's, reclamando pela resolução deste grave incumprimento da Lei;

2. No posto de 1SAR, enquanto alguns camaradas, da Força Aérea, de acordo com Ordem de Serviço do Comando de Pessoal deste ramo, foram colocados na PR 19, enquanto que na Armada e no Exército isso não aconteceu massivamente. Foram agora em Junho os camaradas da Força Aérea retirados desta posição e remetidos para uma Posição Remuneratória Automaticamente Criada inferior à PR 18 sem que se conheça o suporte para esta decisão em documento oficial respectivo;

3. As listas de promoção/ antiguidade que a Armada deveria ter publicado referentes ao ano de 2009, com a entrada em vigor do DL 296/09 parece terem ficado esquecidas, o que poderá trazer ainda mais distorções à aplicação, já de si atabalhoada, do Sistema Remuneratório (SR) actual, que resto está muito mal construído, como em devido tempo e em sedes próprias a ANS alertou;

4. O SR actual, e este é um aspecto muito importante, talvez o mais negativo que o DL n.º 296/2009 de 14 de Outubro inclui, revela um tratamento diferenciado evidente entre as categorias de Oficiais e as de Sargentos e Praças, o que poderá afectar gravemente a disciplina e a coesão no seio das Forças Armadas. Um dos aspectos mais relevantes desse tratamento é a compressão salarial dos Sargentos e das Praças, quando comparada com vasta progressão salarial da carreira dos Oficiais;

5. As fases de aplicação deste SR decididas pelo Grupo de Trabalho (GT) dos CEM's não estão a ser cumpridas nos Ramos de modo equitativo, nem sequer estão a ser respeitadas. Um dos exemplos flagrantes da má aplicação e das dificuldades com que os camaradas se vêem confrontados na transição para o actual SR foi o que aconteceu no Exército: como havia militares a receber diferenciais antes de 1 de Janeiro de 2010, na colocação nos Níveis Remuneratórios Automaticamente Criados (NRAC) o valor desses diferenciais deveria ter sido considerado, o que não aconteceu, resultando que no ano de 2010 os camaradas que recebiam diferenciais no SR anterior ficaram a auferir rendimentos inferiores, situação que viola expressamente o DL n.º 296/2009 de 14 de Outubro. De acordo com as últimas informações chegadas à Redacção de "O Sargento", o Exército acertou a esmagadora maioria destas distorções agora, no processamento dos vencimentos de Junho;

6. Curiosamente, neste mesmo mês de Junho houve camaradas a ser colocados em níveis remuneratórios automaticamente criados, com montantes inferiores ao que recebiam desde Março deste ano, alegadamente por ter havido erros de análise e "extemporaneidade" na aplicação do DL n.º 296/2009 de 14 de Outubro!

a) São os casos dos camaradas 1SAR da Força Aérea colocados na PR 19 e que agora foram colocados nos famosos NRAC;

b) São os casos dos camaradas 2SAR da Armada das classes ET e MQ que, graduados em 2SAR e colocados na PR 16 com efeitos desde 1 de Janeiro de 2010,

retornam agora aos NRAC dos postos da categoria de Praça;

c) São ainda os casos dos 1SAR da Armada colocados, e bem, na PR 20 e que agora voltarão para o famoso NRAC, com a agravante de, por aumento da retenção na fonte para adiantamento do pagamento do IRS, virem a auferir menos do que o que recebiam em 31 de Dezembro de 2010.

7. Por via da aplicação precipitada do DL n.º 296/2009 de 14 de Outubro, sem a prudente resolução dos problemas existentes a montante, aliada à sucessiva sub-orçamentação para a área do pessoal praticada por todos os Governos do arco do poder de há décadas a esta parte, as promoções estão praticamente congeladas com particular prejuízo na Categoria de Sargento.

Se nada se fizer termos, a partir de 1 de Outubro de 2010, 1SAR com 16 anos efectivos de permanência no posto, na Armada e na Força Aérea e 1SAR com 14 anos efectivos de posto no Exército. Ainda no Exército mas a partir de 1 de Novembro de 2010, existirão SAJ com 15 anos efectivos no posto. Curiosamente tal situação, desmotivadora e inaceitável, não se verifica na categoria de Oficiais que têm, entre outros, o dever de zelar pelo bem-estar de TODOS os seus comandados;

8. As soluções encontradas para tentar corrigir este problema no passado recente, para além de não o terem conseguido, ainda acarretaram outros problemas, dos quais se destacam a criação duma bolsa de centenas de supranumerários especiais e a desvalorização funcional dos postos, exclusivamente na categoria de Sargentos;

9. Na Armada, as únicas duas promoções de 1SAR a SAJ datadas de 2010 que se conhecem, foram publicadas em Ordem (e não em DR, como estatui a Lei) mas os camaradas, pelo menos até ao fecho desta edição, continuavam a receber pelo posto de 1SAR;

10. Para terminar este rol de trapalhadas e injustiças, como as restrições orçamentais dos Ramos estão a deixar os cofres, que vivem de duodécimos para tudo, quase vazios, arranjam-se todos os mecanismos para poupar dinheiro. Talvez seja por isso que ainda não tenha sido publicado o documento oficial dos Quadros Orgânicos nos Ramos. Não os havendo publicados, não pode haver promoções, logo não aumenta a despesa com vencimentos! Contudo, e consultando os Diários da República, já este ano, e com data do corrente ano, foram publicadas dezenas de promoções de oficiais gerais. Será que estas promoções não afectam os orçamentos?

O que atrás, de forma sucinta, fica escrito mostra com evidência que quando não se cumpre a Lei, quando não se ouvem os legítimos representantes dos Sargentos (porque democraticamente eleitos), e quando apenas se age com uma perspectiva economicista no tratamento de assuntos tão importantes e sensíveis como o são as condições de vida dos cidadãos em uniforme e das suas famílias, só resta uma doutrina:

É a doutrina do aperto, da trapalhada e da injustiça.

Até quando iremos assistir impávidos a este estado de coisas?

Luís Bugalhão ▲

Não à destruição da saúde militar

Associações anunciaram a realização de uma Tribuna Pública sobre Saúde Militar, no dia 21 de Julho, no Largo de S. Domingos, em Lisboa

Em conferência de imprensa, realizada na sede da AP, no dia 9 de Julho, a Associação Nacional de Sargentos, a Associação Nacional dos Militarizados da Marinha, a Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima, a Associação de Praças e a Comissão de Militares, anunciaram ir promover, em 21 de Julho, uma "Tribuna Pública" sobre a Saúde Militar, no Largo de S. Domingos, em Lisboa (junto ao Rossio).

As organizações promotoras justificaram à imprensa a iniciativa, tendo afirmado:

"Não faz sentido avançar com o processo de encerramento de qualquer das Unidade Hospitalares existentes, sem a completa determinação do que e onde será o futuro Hospital das Forças Armadas.

"Que a concretização da Reforma da Saúde Militar, publicada no Despacho n.º 10826/2010 de 16 de Junho mais não consubstancia do que o verdadeiro calendário de encerramento da Unidade Hospitalar de Santa Clara (antes denominado Hospital da Marinha).

"Não estarem garantidas os Sigilos Pessoais e Médicos nas transferências das actuais valências médicas para os futuros Serviços de Utilização Comum (SUC), agora também designadas de Serviços Conjuntos, pondo em causa a Privacidade Individual dos Doentes, a relação de confiança entre doente e médico e o próprio procedimento do acto médico.

"Que o calendário anunciado para a criação dos serviços conjuntos retira, até 15 de Dezembro, à Unidade Hospitalar de Santa Clara, as seguintes valências: Endocrinologia, Hematologia, Imunohemoterapia, Infecçiology, Nefrologia, Oncologia, Reumatologia, Dermatologia, Medicina Nuclear, Cirurgia Vascular, Neurocirurgia, Ortopedia, Urologia, Cirurgia Plástica, Gastroenterologia, Ginecologia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Pneumologia. Perguntamos, o que restará,

naquela data, desta Unidade Hospitalar?

"No mesmo despacho que calendariza a transferência destas valências, estipula que *"poderá"* (sublinhado nosso) *manter-se transitoriamente, na Unidade Hospitalar de Santa Clara, o Centro*

giu-se à consulta de Oftalmologia da Unidade do Lumiar (antes conhecido como Hospital da Força Aérea) para marcar uma consulta. Foi-lhe dito só o poder fazer em Novembro e que na melhor das hipóteses teria a consulta em Maio ou Junho de 2011, isto é, um

verno com os mesmos objectivos, reforça esta nossa convicção.

"O Governo nos últimos anos por razões economicistas, ou para eliminar ou reduzir direitos há muito adquiridos, tem vindo a encerrar serviços usando sempre esta técnica para os



de Medicina Subaquática e Hiperbárica, até à implementação do novo Hospital das Forças Armadas". Poderá transitoriamente, isto é, o mais verosímil é que saia já, de forma a poder encerrar definitivamente esta unidade hospitalar.

"A criação dos Serviços Conjuntos, feita para alcançar o objectivo do encerramento de Unidades Hospitalares, não contribui para a melhoria dos Cuidados de Saúde prestados, antes pelo contrário – Degrada-os. Para justificarmos esta afirmação pederíamos fazer suporte em variadíssimos casos, que muitos de nós, utentes dos diferentes serviços, conhecemos. Por demais elucidativo, apresentamos apenas um, até por se tratar de um futuro serviço conjunto, a Oftalmologia:

"Em Maio passado um militar diri-

ano depois de verificada a necessidade.

"De acordo com a Reforma preconizada pelo Governo, é este o serviço que irá integrar os restantes serviços de Oftalmologia Militares existentes. Alguém pode acreditar que este serviço melhorará com a fusão proposta?

O Governo esforça-se em explicar que a Reforma da Saúde Militar tem por objectivo a contínua melhoria da Assistência Hospitalar aos Militares e à Família Militar e a concentração de valências que agora se fará constituirá a demonstração prática da realidade de tal melhoria.

"O simples exemplo apresentado atrás leva-nos a acreditar, precisamente, no contrário. O conhecimento que temos da experiência que foi a criação do ADM, também justificada pelo Go-

justificar e quebrar a resistência dos lesados com tais decisões, foi assim com o fecho das Esquadras de Polícia, com as Maternidades, com as Urgências Hospitalares, com os Serviços de Assistência Permanentes (SAP'S), com as Escolas, com as Estações de Combóio e dos Correios, etc."

As organizações promotoras, afirmaram ainda: "O impacto imediato destas medidas na saúde militar conduz, à incapacidade para responder às necessidades operacionais das Forças Armadas, à incapacidade para atendimento dos utentes fora da efectividade de serviço".

Por último, comprometeram-se a prosseguir com determinação e unidade os esforços no sentido de defender os direitos da Família Militar. ▲

Conselho da Saúde Militar deve integrar associações sócioprofissionais

O grupo parlamentar do PCP requereu, em 9 de Junho, a apreciação parlamentar do DL n.º 58/2010 de 7 de Junho, que estabelece as normas que regulam a composição e atribuições do Conselho de Saúde Militar e as normas relativas ao seu funcionamento, orçamento e pessoal.

No requerimento apresentado, os comunistas afirmam:

"Na sua composição, este Conselho integra representantes designados pelos Ministros da Defesa, das Finanças e da Saúde,

pelo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas e por cada um dos Ramos das Forças Armadas.

Não prevê nenhuma participação, a qualquer título, por parte de representantes das associações sócioprofissionais dos militares.

No entanto, a Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, consagra o direito dos militares dos quadros permanentes em qualquer situação e os militares contratados em efectividade de serviço a constituir associações profissionais de representação institucional dos seus associados, com

carácter assistencial, deontológico ou sócioprofissional. E constitui direitos dessas associações, nos termos da mesma Lei Orgânica, integrar conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição, na área da sua competência específica, bem como ser ouvidas sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados.

Não resta qualquer dúvida de que a matéria da saúde militar é parte essencial do estatuto profissional e social dos mili-

tares, pelo que, a participação das associações sócioprofissionais dos militares na elaboração de qualquer reforma nessa área, constitui um direito das associações e uma exigência para uma reforma que se pretenda aceite pelos destinatários."

O grupo parlamentar do PCP considera, assim, que o Conselho de Saúde Militar deve integrar representantes das associações sócioprofissionais dos militares e, por isso, proporá essa inclusão em sede de apreciação parlamentar. ▲

Em defesa da Saúde e das Reformas

A COMIL realizou um Encontro de Militares na Reserva e Reforma para análise das consequências da aplicação do PEC na vida dos militares e famílias e decidiu promover uma concentração para dar visibilidade ao descontentamento

A Comissão de Militares – COMIL - promoveu, no passado dia 19 de Maio, na Casa do Alentejo, em Lisboa, um Encontro de Militares na Reserva e Reforma, onde foram analisadas as consequências da aplicação das medidas do PEC e do designado Pacote Anti-crise na vida dos militares e suas famílias.

Durante o debate, que contou com representantes da ANS e da AP, Álvaro Martins elencou os diferentes aspectos daquelas medidas que degradam a vida da família militar. Dividiu-as em três fases: Orçamento do Estado para 2010 (OE), PEC 2010/2013; Pacote Anti-Crise (PEC II).

Relativamente ao OE para 2010 salientou o congelamento das pensões e a reforma da saúde militar, com as medidas que levam à criação do Hospital das Forças Armadas.

No que ao PEC 2010/2013, diz respeito, abordou o aumento dos custos com a Saúde, principalmente com o agravamento do custo dos medicamentos, o aumento dos impostos através da diminuição das deduções específicas e o aumento de custos com a Saúde e Educação e ainda o aumento com os encargos dos empréstimos bancários, com particular incidência nos empréstimos para a habitação.

Quanto ao pacote Anti-Crise (PEC II) evidenciou o aumento do IRS em 1,5%, o aumento do IVA em 1% mesmo nos produtos de primeira necessidade.

A terminar Álvaro Martins, lembrou que o Governo mantém em carteira a possibilidade de promover cortes no Subsídio de Natal (13.º mês), nos suplementos remuneratórios, não actualização dos complementos de pensão e atrasos no pagamento das comparticipações por parte do ADM.

Seguiu-se um período de debate com os presentes, tendo surgido uma proposta para que a COMIL promovesse uma **concentração de militares** no Largo de Camões, no dia 26 de Maio (ver notícia na última página deste jornal), com o propósito de dar visibilidade ao descontentamento ali evidenciado, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Comandante Fernandes Torres encerrou o Encontro apelando aos presentes para que se empenhassem na mobilização para a Concentração, ali aprovada, afirmando: *"Sabemos, temos a consciência e a vida já nos demonstrou, que só a resistência e a luta podem travar e derrotar esta nova ofensiva contra os nossos direitos, por isso apelamos a todos os militares que não cruzem os braços. Temos de pôr as trancas na porta antes da casa arrombada"*. ▲



Reunião de sargentos em Viseu em dia de vigília

No passado dia 26 de Maio, quando no Largo do Camões, em Lisboa, se dava corpo à decisão tomada, oito dias antes, no Encontro de Militares na Reserva e Reforma, realizado na Casa do Alentejo, promovido pela COMIL – Comissão de Militares na Reserva e Reforma, de realizar uma Vigília, decisão com a qual e de imediato se solidarizaram e passaram a colaborar as ANS e AP, teve igualmente lugar uma reunião de Sargentos na cidade de Viseu.

A realização desta reunião foi decidida pela Direcção da ANS, em estreita colaboração com os delegados regionais do núcleo de Viseu, e visou alargar ao Norte do país a iniciativa que entretanto decorreu em Lisboa.

O presidente e o vogal da Direcção da ANS, respectivamente António Lima Coelho e António Taveira deslo-

caram-se à cidade de Viriato para participar nesta jornada de reflexão e trabalho. A reunião, que decorreu no Auditório do Instituto Português da Juventude, próximo do complexo desportivo do Fontelo, contou com várias dezenas de sargentos, de todos os escalões etários, que participaram activamente nos trabalhos, expondo as suas legítimas preocupações e discutindo possíveis formas de encontrar soluções para os inúmeros problemas que afectam a categoria, com particular incidência no ramo Exército.

Entre os vários assuntos em discussão mereceram particular realce as distorções e injustiças decorrentes da aplicação do sistema remuneratório, a problemática das ultrapassagens na promoção com a lesiva e injusta consequência das passagens compulsivas à situação de Reserva, a gritante desigualdade de tratamento retributivo e

de progressão nas carreiras entre oficiais e sargentos.

Estando a mesa composta pelos dirigentes da ANS que ali se deslocaram, por representantes da categoria de sargentos, por delegados regionais veteranos, com provas dadas no trabalho realizado ao longo dos anos e por jovens delegados cuja fibra ficou bem demonstrada no calor exposto nas suas intervenções, a participação da mesa e da assembleia nos trabalhos foi animada e interessante, deixando clara a mensagem que em Viseu o associativismo socioprofissional e a confiança na sua associação representativa de classe estão firmes e com continuidade assegurada.

Ficou claramente demonstrada a justeza da estratégia de alargar ao Norte do país a iniciativa de protesto e reflexão que entretanto decorreu em Lisboa. ▲

QUE FUTURO PARA AS FORÇAS ARMADAS NO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

Para comemorar o seu 21.º aniversário, a ANS decidiu promover uma sessão debate sob o tema "Que Futuro para as Forças Armadas no Centenário da República". O evento teve lugar, no passado dia 23 de Junho, no Hotel Mundial, em Lisboa.

A sessão foi enriquecida pela presença de vários convidados de entre as associações congéneres, de representantes da Confederação das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto, da CGTP-IN e dos Grupos Parlamentares do PS e do PCP, respectivamente, Marques Júnior e António Rodrigues, e que representavam simultaneamente os secretários gerais dos respectivos partidos políticos.

A sessão foi moderada pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral

da ANS, Dinis da Fonseca, e contou com as intervenções dos seguintes oradores: TGEN Silvestre dos Santos, Juiz Conselheiro Bernardo Colaço e Dr. Pedro Ventura (historiador).

Das intervenções e dada a sua importância, apresentamos excertos (da nossa total responsabilidade, bem como os títulos), estando os textos na íntegra disponíveis na nossa página da internet (www.ans.pt). Seguiu-se, após um breve intervalo, um debate bastante animado entre os intervenientes, sobre o futuro das Forças Armadas, em virtude dos sinais existentes relativamente à revisão constitucional, à mistura dos conceitos de Segurança Interna, Defesa Nacional e Segurança Nacional e no continuado processo de cedência da nossa Soberania.

As investidas contra as Forças Armadas e os Direitos dos Militares

Silvestre dos Santos
TGEN PILAV REF

A característica mais marcante das Forças Armadas nos regimes democráticos é que estão sob o controlo do poder político. Tanto o recurso à força militar para atingir objectivos políticos, como a designação dos próprios objectivos, são competências próprias dos Governos. Porém, as FFAA devem subordinação e obediência ao poder político legítimo e democraticamente constituído, **mas não lhe devem submissão**. É à Nação que, em última análise, prestarão sempre contas.

Ao levarem a cabo o 25 de Abril de 1974, as Forças Armadas (FFAA) recusaram-se a carregar mais tempo o ónus do prolongamento de um conflito que, apesar de controlado, à excepção da Guiné, destruiu uma geração de portugueses, não podia ser vencido militarmente, e demonstraram que estão ao serviço do País e não dos regimes ou dos partidos que o governam.

Importa por isso manter bem vivo na memória colectiva que o **"25 de Abril" se deveu às Forças Armadas! A actual classe política deve às FFAA o exercício pleno da democracia representativa em liberdade**, mas tem-se servido dessa mesma liberdade para as tratar como um parceiro menor e sem relevância na vida nacional,

um mal com que se tem de viver, não as ouvindo nos assuntos que lhes respeitam, e retirando-lhes os seus direitos próprios estabelecidos em lei, **sem que os chefes militares reajam com veemência**.

As investidas contra as FFAA começaram logo quando, após o período de transição estipulado, o poder passou para as mãos dos partidos políticos. A primeira investida aparece logo na elaboração da Constituição! Muitos se perguntam hoje porque razão vivemos num regime dito "semi-presidencial", onde o Presidente da República tem tão poucos poderes, nomeadamente quanto às Forças Armadas, de que é o Comandante Supremo. É simples: à data da aprovação da Constituição, o Presidente da República era militar, e tornava-se imprescindível dar-lhe o mínimo de poderes possível e reduzi-los, até, como aconteceu mais tarde, durante a vigência do mandato de outro militar em idênticas funções.

A segunda investida surgiu em 1982 (VIII Governo Constitucional), através do Prof. Freitas do Amaral, com a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) (Lei 29/82), que, como diz o Cor. David Martelo, *"consubstancia um despropositado e humilhante ajuste de contas (...) de espírito revanchista..."* (1)

A terceira investida, esta muito mais abrangente e profunda, veio nos

XI e XII Governos do Prof. Cavaco Silva, fundamentalmente através do seu Ministro da Defesa Nacional (MDN), Dr. Fernando Nogueira: cortes orçamentais significativos; Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA - Lei n.º 111/91), Decretos-Lei de organização do MDN, EMGFA e Ramos das Forças Armadas (D.L. n.ºs 47 a 51/93); diminuição do período de serviço militar obrigatório para 4 meses (tornando-o praticamente desnecessário, porque insuficiente); afastamento progressivo das suas remunerações

em relação às das categorias profissionais que vinham constituindo tradicionalmente as suas referências (professores, juízes, chefes e directores de serviços da administração pública); e Lei n.º 15/92 ("Lei dos Coronéis"), cujas condições de passagem directa à reforma se vieram a revelar um logro e um embuste. Perante esta situação, e face à preocupação e ao descontentamento dos militares, as infelizes declarações públicas do então Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), Ge-

Continua na página 10





Que Forças Armadas num regime Democrático

António Bernardo Colaço
Juiz-Conselheiro do STJ – Jubilado

Tendo por baliza temporal os 100 anos da República, um breve relance à acção e envolvimento das Forças Armadas nos acontecimentos que vieram a traçar o actual destino de Portugal permite destacar um traço determinante que marcou essas várias intervenções: *a sua vertente conspiratória*.

Esta derivou, a maior parte das vezes, da necessidade de se pôr termo a um modelo vivencial (geralmente sócio-político) limite, tornado insustentável ou indefensável face ao interesse nacional, e substituí-lo por um outro, de sentido, alcance e efeitos contrários.

A Revolução do 25 de Abril situa-se historicamente nesta linha de actualização em sintonia algo similar com os anteriores golpes militares. A acção patriótica em que se traduziu – o derrube do regime opressivo e autocrático

co e o restabelecimento dos direitos, garantias e liberdades do cidadão – mereceria, por isso, um apoio popular incondicional. A dinâmica subjacente à sigla *Povo-MFA* representa, até certo ponto, esta conjugação e constituiu a base para a consagração constitucional de um Estado de Direito Democrático.

A lógica de TRABALHO e a lógica VOCACIONAL

Sabido que as Forças Armadas do início do século XXI não são as do início do século XX, a indagação: "Que futuro para as Forças Armadas no centenário da República" significa, no essencial, perguntar: "Sendo Portugal uma Democracia Europeia, qual o tipo de militar que deve integrar as Forças Armadas no século XXI atenta à sua missão constitucionalmente traçada?"

As profundas alterações sócio económicas ocorridas, o envolvimento

das Forças Armadas em nova tipologia de missões, nomeadamente as de manutenção de paz, o exercício de direitos, liberdades e garantias democráticas em tempo de paz, repercutiram-se na vida de todos os cidadãos sem excepção. Aliás, é isto mesmo que se pretende significar, quando se afirma que um militar, hoje, se determina (primeiramente) pela *lógica de trabalho como parte integrante da lógica vocacional*. A honra, a abnegação, o sacrifício e outros atributos anímicos próprios da função militar são asseguradas desde que a vivência profissional proporcione condições adequadas para aqueles atributos se manterem. Como um soldado não pode viver à custa do brio do um general, tem de gerar ele próprio as vias para alcançar a sua própria afirmação profissional, como um tropa brioso, ou seja, como um militar profissional. Esta é a realidade que os responsáveis de tutela, do comando e da hierarquia tem de interiorizar, custe o que custar,

sem o que correm o risco de só cantar hossanas à profissionalização e à democracia sem as respeitar.

O pessoal militar tem hoje uma consciência apurada daquilo que constitui o complexo dos seus direitos e deveres. Sendo exigentes consigo próprios no exercício da sua profissão, não é menos certo que, esta exigência se direcciona aos seus superiores hierárquicos. E não se diga que assim se vicia a relação hierárquica militar pois que as qualidades vocacionais, parte estruturante da função e acção militares, só se podem valorizar, quando a mútua relação de trabalho é salutar.

O ASSOCIATIVISMO PROFISSIONAL E COESÃO

E é neste enquadramento, que o *associativismo profissional* assume um papel ímpar, na manutenção e enri-

Continua na página 10

O papel dos Militares na República

Dr. Pedro Ventura
Historiador

Em Portugal, os militares nos últimos dois séculos revelaram-se o motor de transições políticas de fundo e estas revestem a forma de um corte brusco com o passado. A tropa, e em especial os Sargentos e Soldados, tiveram **um papel importante na implantação** da República, porque sentiram que a República era a possibilidade de romper com o elitismo que se vivia e desta forma, a República constituía uma oportunidade para fazer avançar um projecto político democrático em Portugal. Foram eles, sargentos, soldados e povo que quando a situação de agudizou, que conduziu inclusivamente ao suicídio do Almirante Reis, que na Rotunda, entre os seus pares, elegeram e elevaram ao patamar de herói Machado dos Santos, um camarada de armas. Decidiu-se a República e o fim da Monarquia na Rotunda.

O derrube violento de uma instituição obsoleta como o caso da monarquia, através de uma movimentação desen-

cadeada e encabeçada por militares, reunindo a quase totalidade das Forças Armadas, agrupou nos escalões intermédios da família militar os seus principais entusiastas.

Como referiu Virgílio Ferreira, "*A história do homem é a história da importância de nós*" e por isso não se poderia assinalar o Centenário da República **esquecendo o papel dos Sargentos na implantação da mesma**.

A verdade é que quando, perante os problemas surgidos na concretização dos planos para o derrube pela força da Monarquia, a elite republicana hesitava em avançar, e foi a "arraia miúda", a baixa oficialidade, soldados e marinheiros, trabalhadores das mais diversas condições, **que empurraram** a revolução para diante.

Tal como na implantação da República, o militar vive em sociedade: no quartel e fora dele. O mundo não é de um homem só, mas de todos. Daqui nasce o zelo, a disciplina, a satisfação e a confiança em si e nos seus pares, mas também a vontade de mudar quando a situação assim o obriga. Daí o derrube

da Monarquia.

Não queria terminar sem referir duas questões fundamentais veiculadas no início do Século XX e que mantêm a sua actualidade.

A primeira é sobre **o conceito de democracia e do papel que as associações militares tiveram ao longo do Século XX**. Um mérito da revolução de 1910 consistiu nos significativos progressos em matéria de direitos e garantias individuais que a Constituição de então consagrou, apesar de inúmeros limites.

Lutando por uma democracia que deverá ser **simultaneamente política, económica, social e cultural** num quadro em que a independência nacional fosse assegurada, muitos democratas **encontraram no seio de muitas associações ou organizações militares**, um espaço de liberdade e de amizade.

Observe-se esta citação, construída no seio de uma organização militar, dos revolucionários do 31 de Janeiro de 1891, no Porto: "Romper, porém com a tradição; desprezar os ardis; desembainhar a espada, sem escudo que o corpo proteja; contestar toda a autori-

dade constituída; reclamar-se do simples direito natural e da mera soberania da nação, isto foi os que fizeram os de 1385; isto foi os que fizeram os de 1640, isto foi os que fizeram os de 1891." Ao que eu acrescento: isto foi os que fizeram os de 1974!

Uma segunda questão respeita à **diagnificação, reconhecimento e valorização dos Sargentos e seus dirigentes**. Com a implantação da Primeira República, este foi um dos anseios de todos aqueles que acreditavam e beberam as máximas da Revolução Francesa de 1789: "Liberdade, Fraternidade e Igualdade".

Na actual situação, na Segunda República, **a República nascida do 25 de Abril**, é necessário que o Estado reconheça o papel da Associação Nacional de Sargentos na sociedade portuguesa como um movimento de transformação para uma sociedade mais justa e fraterna.

E para terminar, citando Ramalho Ortigão: "*A dignidade militar não pode deixar de ter por base a dignidade humana*". ▲

As investidas contra as Forças Armadas

Continuação da página 8

neral Soares Carneiro, afirmando que **"não era delegado sindical dos militares"**, foram indubitavelmente cruciais, marcando um ponto determinante em todo este processo e prenunciando uma viragem em busca de outras soluções. Se o mais alto Chefe Militar achava que não era seu dever defender os direitos dos seus subordinados, quem o faria? Este acontecimento iniciou, de facto, o processo de procura de outra via para a resolução dos problemas dos militares, visando, no essencial, inverter a tendência para o "plano inclinado" de que ainda hoje não saímos...

Para terminarem o mandato com chave de ouro, uma alteração à Lei n.º 29/82 (Lei n.º 18/95) determinou que os Chefes de Estado-Maior passavam a ser escolhidos exclusivamente pelo poder político, por critérios políticos, sem interferência dos militares e sem ter em linha de conta as repercussões que tal critério iria ter na gestão das Forças Armadas.

Quarta investida: A necessária regulamentação da Lei Orgânica n.º 3/2001, aconteceu finalmente, através do D.L. 295/2007, passados quase seis anos, mas para cercar significativamente os direitos citados no Art.º 2.º da referida Lei. De facto:

- desrespeita as Leis de enquadramento (Leis Orgânicas 3 e 4/2001);
- desrespeita o Art.º 270.º da Constituição;
- configura uma tentativa de tratamento desigual e discriminatório para com os dirigentes associativos militares, em relação a outros corpos

especiais do Estado.

Quinta investida: Em 2005, os militares viram os seus sistemas de saúde misturados num só, gerido por uma entidade sem condições organizativas nem vocação para o fazer, e as condições de assistência na doença e comparticipação nos medicamentos altamente agravadas. Assiste-se actualmente a uma nova investida para estrangular ainda mais o acesso dos militares e famílias à saúde!

Sexta investida: Em 2008 surgiram três Propostas de Lei que foram aprovadas pela Assembleia da República (AR) e que são de grande importância para as FFAA: as novas Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LD-NFA), Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBO-FA) e Regulamento de Disciplina Militar (RDM). De acordo com a Lei, as entidades representativas dos militares deveriam ter participado nas reuniões dos Grupos de Trabalho que levaram à elaboração das propostas. Não o foram, não tendo a lei sido cumprida mais uma vez!

Sobre os dois diplomas organizativos direi apenas que surge um amontoado de confusões, de equívocos e de tendências equívocas de poder pessoal.

O RDM estava obsoleto! Com mais de 30 anos, necessitava urgentemente de ser actualizado. A Lei do Serviço Militar, a revisão do CJM e as Leis Orgânicas 3 e 4/2001, entre outras, assim o exigiam. Porém, tal não poderia nem deveria ser feito à revelia dos militares, "esquecendo" princípios fundamentais inscritos no documen-

to de 1977, sem os quais a disciplina militar é despida de valores éticos fundamentais, mais parecendo um conjunto de normas administrativas destinadas a funcionários públicos e outros servidores do Estado. A disciplina é, para os militares, um "estado de espírito", sendo inerente ao desempenho das funções. Não deve ser imposta, como parece transparecer deste novo documento.

Para aqueles que não têm uma memória muito curta, a intenção era clara e incontornável: **Reduzir ao mínimo os "estragos" produzidos pela legislação publicada pelos Órgãos de Soberania até 2001, em termos dos direitos de associação sócio-profissional dos militares.**

Fica claro, logo no início do documento, que se privilegiam os bajuladores e os carreiristas! O patriotismo, a lealdade, a honra e o cumprimento do dever não são referidos, pelo que devem ter deixado de fazer parte dos valores militares e de ser padrões éticos de comportamento!...

Por que razão o Art.º 2.º (Bases da disciplina) do RDM de 1977, de facto o alicerce ético em que assenta todo o documento, nomeadamente os seus parágrafos 2 e 3, especialmente dirigidos aos padrões comportamentais dos chefes, foi simplesmente banido e erradicado do novo documento?

Deixaram os preceitos ali descritos de ser aplicáveis? Será que a nomeação dos Chefes Militares directamente pelo poder político os passou a dispensar desta conduta de exemplo? Não estarão aqueles preceitos em

consonância com o Dever de Tutela estabelecido no Art.º 11.º do "Estatuto dos Militares das Forças Armadas", anexo ao Decreto-Lei n.º 236/99, republicado com o Decreto-Lei n.º 197-A/2003, onde se estipula que *"constitui dever do militar zelar pelos interesses dos seus subordinados e dar conhecimento, através da via hierárquica, dos problemas de que tenha conhecimento e àqueles digam respeito"*?

A classe política tem vindo sistematicamente a destruir os alicerces fundamentais das FFAA (com o acordo tácito dos Chefes Militares, no mínimo por omissão), mentindo, ludibriando, cometendo ilegalidades, despojando-as durante anos e anos da sua dignidade, castrando-as dos seus princípios éticos fundamentais e, mais recentemente, adulterando e corrompendo o conceito básico de disciplina militar, alicerçado no exemplo dos chefes, substituindo-o por outro, incoerente, discricionário e justicialista.

Ora, a natureza da missão das Forças Armadas (FFAA) exige dos seus elementos um compromisso profundo e uma adesão ilimitada aos valores e aos interesses nacionais, de onde sobressaem a segurança, o bem-estar e a justiça. Esses valores e interesses são intangíveis, estão acima dos meros interesses dos partidos e dos grupos económico-financeiros, e culminam na defesa da Pátria, **a todo o custo!** O compromisso fundamental das FFAA é para com a Nação, não para com partidos ou para com governos.

(1) DAVID MARTELO, "A espada de dois gumes", Publicações Europa-América, 1999 ▲

Que Forças Armadas num regime Democrático

Continuação da página 9

quecimento das qualidades integrais militares. O associativismo representativo é a forma mais elevada da consciência profissional constituindo uma das componentes mais destacadas da democracia substancial. Há, todavia, que não confundir a representatividade hierárquica com a representatividade do grupo. O objectivo desta é, no essencial, *apreciar e discutir com toda a abertura sem sentido conspirativo, os problemas e anseios de classe e apresentá-los ao órgão da Tutela, o que não impede que esta apresentação, passe primeiramente pela correspondente chefia militar.* O associativismo representativo, tem a capacidade de canalizar um eventual descontentamento; gere tensões e assume responsavelmente a apreciação crítica das aspirações dos profissionais, evitando fracturas no relacionamento funcional. *Se há sector onde não existe qualquer alcance conspirativo, o é ao nível do associativismo profissional militar.* É que o seu sentido de acção, se forma pela dimensão da responsabilidade que a representatividade democrática lhe atribui. Neste aspecto nunca será de-

mais afirmar que, do exemplo até hoje dado, o associativismo profissional tem contribuído substancialmente para a coesão institucional.

E a verdade é que hoje os militares gozam do direito de associativismo profissional, fruto da aturada luta dos profissionais militares de todas as categorias, mas na qual é sem dúvida, legítimo destacar a dos Sargentos. Pena tem sido o poder político e as chefias ignorarem estas virtualidades do associativismo profissional militar.

A visão da CHEFIA MILITAR e a acção do ASSOCIATIVISMO PROFISSIONAL MILITAR

Com efeito, do que se tem registado até hoje, os responsáveis militares ao mais alto nível parecem não coabitar bem com o associativismo profissional, apesar desta ser uma realidade da União Europeia representada pela *Euromil*. Mesmo ao nível da Tutela, tudo parece passar com timidez e incontidas hesitações. Desconfiança e fantasmas afectam o bom entendi-

mento e, se a coesão ainda não foi afectada, o é por as Associações Profissionais Militares terem sabido manter uma postura de responsabilidade que lhes é própria.

São destituídos de razão, os medos contra o associativismo profissional militar. Faz lembrar um alto chefe militar que entrevistado dizia: *"Já imaginaram, um comandante a dizer - faz-se a guerra; e um sindicato militar a dizer - não se faz a guerra?"*. A isto responderia um qualquer dirigente associativo: *"Nada temos a ver com decisões político-militares de envio de tropas ou participação em operações militares, mas a associação não pode ficar alheia a questões como de alojamento e direitos sociais dos militares no teatro das operações"*.

Não temos conhecimento de atropelos por parte das associações profissionais militares face à hierarquia ou geradora de instabilidades internas. Se o associativismo é já um direito legalmente reconhecido, se ao longo de todos estes anos demonstrou não constituir qualquer ameaça à ordem e disciplina militares, *porque*

então a manutenção de infracções disciplinares por causa associativa? Na verdade, uma **amnistia** destas infracções, que poria termo à latente fractura na coesão militar, está incompreensivelmente a tardar. Mal vai a Democracia quando os militares se envolvem em matéria de repressão de direitos legalmente reconhecidos. Historicamente o resultado não tem sido apazível. Dá que pensar.

Concluindo...

Estão no entanto criadas todas as condições para que as Forças Armadas, nomeadamente através das suas Chefias, possam otimizar o contributo de qualidade, que o associativismo profissional sempre teve a possibilidade de facultar, para soluções tanto quanto possível próximas da realidade vivencial da classe profissional que representa. Assim se assegurará a credibilidade e a coesão das nossas Forças Armadas na defesa de um Estado de Direito Democrático não apenas proclamado mas vivido. ▲

ANIVERSÁRIO do IASFA

O presidente da Direcção da ANS esteve presente, em representação da nossa associação, no passado dia 18 de Junho, no Centro de Apoio Social de Oeiras (CAS - Oeiras) onde se realizou a cerimónia do "Dia do IASFA", comemorativa do 218.º aniversário do IASFA e em que se procedeu ao descerramento do busto do TGen João António Pinheiro.

A cerimónia comemorativa do aniversário deste Instituto decorreu no auditório, fazendo parte da mesa o director do CAS-Oeiras, o presidente do Conselho da Direcção, o presidente da Câmara de Oeiras, o General Ramalho Eanes e o secretário de Estado da Defesa. Depois de uma alocução do presidente do Conselho de Direcção do IASFA, usou da palavra o secretário de Estado que enalteceu a obra social.

No final desta cerimónia foram condecorados vários militares e civis que prestam serviço no IASFA.

Seguidamente, no exterior e à entrada do edifício principal, decorreu uma cerimónia de descerramento do busto do TGen Pinheiro com o propósito de homenagear a sua acção nos Serviços Sociais das Forças Armadas, que nos permite encarar a velhice numa perspectiva mais optimista, apesar dos perigos que espreitam.

Depois de uma alocução do MGen Marques Pinto, presidente da Comissão Executiva que levou a bom termo esta homenagem, usou da palavra, o General Eanes, não apenas na qualidade de presidente da Comissão de Honra mas também e sobretudo, de acordo com as suas palavras, como admirador e amigo do TGen Pinheiro. Numa intervenção muito emocionada em que destacou as características humanas e de grande verticalidade e rigor do homenageado, em que vincou igualmente a importância da sua família, ali também presente, ficou pa-



tente a importância da obra deste militar para este serviço de acção social complementar.

Seguiu-se o descerramento do busto do TGen Pinheiro pela mão da sua viúva. Quando a escultura ficou descoberta foi visível a comoção nos ros-

tos dos seus familiares e de muitos amigos e admiradores ali presentes.

Compete a todos nós a responsabilidade de lutar para que esta obra não se perca e que o exemplo do TGen Pinheiro perdure. ▲

O culpado

Vivemos um período histórico complexo e confuso. O senhor Bispo das Forças Armadas, Dom Januário Torgal Ferreira, em declarações a um canal televisivo, à margem da cerimónia do aniversário da Força Aérea, conseguiu aclarar o essencial do tempo que vivemos. Dizia o digníssimo prelado, mais palavra menos palavra o seguinte: "vivemos um tempo de crise, como noutros períodos, em que alguns ficam ainda mais ricos e outros mais pobres". O essencial reside precisamente nesta verdade lapidar.

Noutro registo: Recebi na casa dos meus pais - onde me encontrava a prestar-lhes apoio quando chegaram ao limiar da nona década de vida e se encontram debilitados - um amigo e companheiro de lutas cívicas no associativismo cultural e desportivo da minha terra. Tinha-lhe lançado mais um convite para participar na fundação de uma comissão de utentes, e ele veio dar-me a resposta desanimado: "de momento encontro-me desempregado e não tenho vontade de participar em coisa nenhuma, até de sair de casa eu sinto vergonha...", diz com os olhos rasos de água.

Perguntei-lhe se tinha sido ele que tinha roubado o BCP, o BPN ou o BPP, que se de facto tinha sido ele, então teria razão para ter vergonha, caso contrário é apenas mais uma vítima das políticas que os partidos do chamado "arco do poder" têm vindo a praticar desde de Novembro de 1975 a esta parte.

Não o consegui animar. Mas ressuscitou em mim a memória de uma reflexão com outro amigo comum acerca destes últimos 34 anos de políticas coloridas de rosa, laranja com ou sem azul à mistura. Para destruir o que Abril tinha construído, levaram à falência, com gestões ruins, todas as empresas cruciais na capacidade de o Estado poder intervir politicamente na condução económica do País, e de captar a riqueza suficiente para fazer face aos avanços civilizacionais conquistados nos 19 meses que durou o sonho de Abril.

Destruída essa capacidade, ou melhor, transferida a preços de saldo para o sector privado a captação de riqueza, para manter o povo sossegado, foram alimentando um nível de vida acima das capacidades reais do País. Primeiro à custa do ouro acumulado pelo fascismo, incapaz de fazer outra coisa do que



condenar o País ao atraso e o Povo à miséria. Depois iniciaram a venda soberania ao FMI, impondo ao Povo um pacote de medidas lesivas. A seguir alimentaram a ilusão com o novo "el doirado" que seria a então CEE, prosseguindo a venda da soberania nacional.

Nesta quermesse em que transformaram o País, alimentando e criando riquezas monstruosas, o Povo teve de voltar a emigrar, e o País a abrir-se à imigração com mão-de-obra a preço de saldo, fazendo baixar os salários nacionais. Deixámos de ser um País independente no campo alimentar para passarmos a importar cerca de três quartos do que consumimos. De um País onde cada agregado familiar tinha um pé-de-meia para acudir a uma aflição, para

um Povo onde cada agregado constituiu uma dívida para os próximos trinta anos, pelo menos.

Na voragem do pesadelo neo-liberal ora rosa ora laranja com ou sem azul foi consumida uma riqueza equivalente à produzida por várias gerações de portugueses, e surge hoje com a sua cor original: o negro da fome e da miséria para uns e doirada para outros.

Perguntava Garrett: "Quantos pobres custa um rico?". Com base num estudo recente, conduzido por docentes do ISCTE, sabemos que 21% dos portugueses são pobres e 30% vivem no limiar da pobreza mesmo trabalhando 8 ou mais horas diárias. Portanto 51% vivem na pobreza ou sem capacidade para enfrentarem o mais modesto projecto de vida. Mas se os subsídios sociais fossem eliminados como alguns propõem como salvação para a crise, então esta percentagem subiria para os ainda mais escandalosos 71% de pobres. Quase 8 milhões.

Também soubemos que o ano em que o primeiro-ministro diz ter mudado o mundo com uma crise internacional nunca antes vista, em 2009, o número de milionários em Portugal subiu de 10.400 para os 11.000. Basta saber dividir para satisfazer a curiosidade de Garrett formulada há mais de um século.

Tem sido um fartar...

E o meu amigo, com mais de 50 anos, operário especializado e trabalhador que se sente envergonhado por não poder vender o que tem: a sua capacidade de trabalho, de produzir riqueza. Vê-se desempregado numa fase da vida em que supunha estar mais tranquilo a projectar a reforma.

Sente-se culpado de quê? Não roubou nem governou nenhum banco, somente fez com dignidade toda a vida o que sabe: produzir riqueza! Quantos de nós têm familiares em situações semelhantes? Podemos ignorar esta realidade de esbulho da soberania e da riqueza nacional? E se somos sensíveis podemos viver sem que essa consciência tenha consequências?

Já agora: Quem ganhou o último jogo do mundial? A televisão teve algum papel nesta estória?

A importância dos clubes no bem-estar e na promoção social e cultural dos militares

Embora, antes do 25 de Abril, já existissem alguns é com a conquista da liberdade e democracia, que se deu asas ao espírito associativo dos militares e se inicia a criação de vários clubes.

Com personalidade jurídica e actividade na promoção Social e Cultural dos seus associados, já existia o Clube Militar Naval (CMN). Clube dos Oficiais da Armada. Constitui-se na Monarquia, 1866, atravessou a República de 1910, enfrentou a ditadura de Salazar e aproveitou a liberdade e democracia do 25 de Abril para se renovar e reforçar. Foi a discussão aberta dos problemas profissionais e do país no seio dos oficiais, que levou à sua criação. É fruto de aspirações de liberdade, de transformação e de justiça trazidas pela vitória do liberalismo e de razões corporativas (reacção às promoções por escolha).

Existia ainda o Clube Náutico dos Oficiais e cadetes da Armada, CN-OCA, mas virado para a prática dos desportos Náuticos.

Os sargentos, também em 1882, tinham fundado uma associação, a Fraternidade Naval, Associação de Socorros Mútuos, visando a solidariedade e ajuda entre os seus membros. Foi encerrada, em 1936, por ordem dada pelo Ministro da Marinha, Cap. Ten. Ortins de Bettencourt.

Devolvida a liberdade e democracia aos portugueses, em 25 de Abril de 1974, os militares protagonistas principais desse tão importante acontecimento, não ficaram a olhar e assobiar para o ar e lançaram-se através das várias formas de organização e participação na construção e defesa desse Portugal democrático.

Assim, e dando cumprimento a uma velha aspiração, os sargentos da Armada, lançam-se imediatamente na constituição do Clube do Sargento da Armada (CSA) e, a 22 de Fevereiro, vêem os seus estatutos aprovados numa Assembleia-geral com mais de 2 mil sargentos. O nosso Clube é, como dizem os seus sócios, um fruto de Abril. Hoje, o CSA, no meio militar, e não só, é uma referência do movimento associativo

Os sargentos do Exército e da Força Aérea, um pouco mais tarde, também constituem os seus clubes. O Clube do Sargento do Exército, com sede no Porto. E o clube dos Sargentos da Força Aérea, com sede em Lisboa.

As praças da Armada, tendo de vencer já muitas dificuldades colocadas pela Administração da Armada, constituem o seu clube em 1983.

Alem dos clubes referidos, os militares constituíram outras associações, antes e depois do 25 de Abril, mas os seus objectivos e actividades são diferentes dos clubes referidos.

Sendo muito importante a activi-



dade dos clubes, esta desenvolve-se na vertente sócio cultural, não podendo, por isso, dar resposta aos ataques que os militares cada vez mais sofriam. Logo, os militares, para se defenderem de tais ataques, tiveram de criar associações socioprofissionais. E com o objectivo de defender os direitos, foram criadas as Associações: Associação dos Militares da Reserva e Reforma (ASMIR), a Associação Nacional dos Sargentos (ANS), a Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA), a Associação das Praças das Forças Armadas (AP). Foi também constituída a Associação Nacional dos Contratados (ANCE).

A actividade dos clubes na promoção cultural e social dos seus associados é de uma importância inestimável.

O associativismo como sabemos, surgiu e surge onde e quando o ser humano não consegue sozinho superar as suas dificuldades e onde o Esta-

do não pode ou não quer resolver as suas necessidades. O movimento associativo é também um factor de prevenção contra a pobreza e exclusão social, não é a solução para todos os males da sociedade, mas os males da sociedade não serão definitivamente resolvidos sem a participação do movimento associativo.

Além da promoção cultural e social dos seus associados, os nossos clubes são também espaços de convívio, de solidariedade e fraternidade onde os militares se encontram convivem, se recriam, se distraem, fugindo do isolamento, do banco do jardim, evitando assim doenças do foro psiquiátrico.

Neste momento difícil que estamos a viver, em que nuvens negras nos ameaçam com fecho de hospitais, com perdas nos vencimentos, aumentos de impostos, etc. permitam-me que vos traga um caso que um camarada me colocou, pois penso ser elucidativo, para se ver bem a importância que pode ter um clube para o militar.

O caso é o seguinte:

Custódio, como sabes, o CSA, fecha

durante todo o mês, em Agosto, para dar férias ao seu pessoal, e prosseguindo - sem duvida é uma razão forte, pois, com ela muitos problemas, principalmente a dos seus funcionários, ficam resolvidos. Mas, continuando - os sócios que o frequentam diariamente, que lá almoçam, que lá jogam, os mais diversos jogos, que lá vão ler os jornais diariamente? E conclui: estes camaradas levam um mês sem saber para onde irem, o que fazer? é uma tristeza vê-los assim.

De facto, num estado que cada vez se preocupa menos com os seus cidadãos, os clubes, o associativismo, tornam-se de facto cada vez mais um factor importante de prevenir a exclusão social.

INTERNACIONAL

Presidium da EUROMIL em Berlim

Decorreu, entre os dias 18 e 20 do passado mês de Março, em Berlim, Alemanha, o 101.º Presidium Meeting da EUROMIL. A ANS esteve representada pelo seu presidente da Direcção, Lima Coelho, também membro da Direcção (Board Member) desta organização europeia e pelo seu vice-presidente da Direcção, Mário Ramos, na qualidade de membro do Presidium.

Após a abertura oficial pelo presidente da EUROMIL, Emmanuel Jacob, foi feita uma intervenção de boas vindas por Ulrich Kirsch, presidente da associação anfitriã, a DBwV, a que se seguiu uma intervenção do deputado alemão e candidato à posição de Comissário para os Militares no Parlamento Alemão, Hellmut Königshaus. Para além de abordar as relações com a NATO e a necessidade de desenvolvimento de políticas de Defesa, deixou no final uma questão para reflexão. É sua opinião que a Alemanha deverá fazer melhor uso das verbas gastas com as forças armadas e eventualmente chegar à conclusão se deve concentrar estas verbas na defesa nacional ou se deve continuar a gastá-las nas missões internacionais.

Este Presidium teve como elemento relevante a realização de diferentes workshops.

A primeira subordinada ao tema "Da necessidade de um Provedor Militar na União Europeia" teve como oradores Reinhold Robbe - Comissário para os Militares no Parlamento Alemão, Pauly M. Quinn - Provedora Irlandesa para as Forças de Defesa e Jorg-Dietrich Nackmayr, assessor militar do ex-presidente do Parlamento Europeu Hans Gert Pottering. O moderador desta workshop foi Emmanuel Jacob, presidente da EUROMIL e secretário-geral do sindicato belga ACMP-CGPM.

A segunda abordou a Resolução do Conselho da Europa sobre Direitos Humanos nas Forças Armadas. Teve como único orador Mathias Kloth - administrador da Divisão de Política e Leis dos Direitos Humanos no Conselho da Europa e foi moderada por Paul Sorensen - assessor político da HKKF, associação de praças da Dinamarca.

Finalmente a terceira workshop teve como base a partilha de opiniões e discussão acerca das "Medidas de Protecção Social no Decurso de Operações fora do Território Nacional". Como oradores estiveram Anatol Tichoniuk - Board Member da EUROMIL e presidente do sindicato de oficiais polacos KOWENT, Ari Pakarinen - vice-presidente do sindicato de oficiais técnicos finlandeses Paallystoliitto RY, Dieter Klotz - assessor jurídico da associação dos militares alemães DBwV e Miguel Lopez - responsável para as relações internacionais da associação de militares espanhóis AUME. A moderação esteve a cargo de António Lima Coelho, Board Member e presidente da associa-



Workshop "Medidas de Protecção Social no Decurso de Operações fora do Território Nacional", moderado por Lima Coelho

ção de sargentos portugueses, ANS. No decurso dos trabalhos o vice-

presidente da ANS Mário Ramos fez uma apresentação ao Presidium sobre

a actual situação relativamente ao associativismo e às condições sócio-profissionais em Portugal, sob o ponto de vista dos Sargentos portugueses.

Por proposta da Direcção da EUROMIL ao Presidium, foi decidido por unanimidade conceder à SYSMED - associação grega de militares no activo, o estatuto de membro observador pelo período de dois anos e foi igualmente decidido por unanimidade conceder à N-COACA - associação de sargentos cipriotas, o estatuto de membro de pleno direito.

Foi igualmente comunicado ao Presidium um ponto de situação sobre a candidatura da EUROMIL a membro da CES - Confederação Europeia de Sindicatos (ETUC - European Trade Union Confederation) que se espera venha a ser discutida em sede de Comissão Executiva desta confederação europeia no próximo Outono, sendo possível a integração da EUROMIL num prazo relativamente curto. ▲

CONSTITUIÇÃO DE UM "FORUM MEDITERRÂNICO"

Conforme noticiámos na nossa edição anterior, foi formalmente criado, em 11 de Março, em Madrid, um "Fórum Mediterrânico", sobre os auspícios e de acordo com o espírito e estatutos da EUROMIL.

Miguel Lopez, da AUME, fez a apresentação oficial deste Fórum que integra organizações representativas das realidades do sul da Europa aos delegados presentes no Presidium. Deste Fórum fazem parte como membros fundadores a AUME de Espanha, a ANS de Portugal, a Pastrengo e a Assodipro de Itália, e a CAO de Chipre. Foi assinada a carta constitu-

tiva pelos representantes destas cinco organizações e pelo presidente da EUROMIL. Acto contínuo foram apresentados pedidos de adesão a este fórum pela AMID de Itália, pela N-COACA de Chipre e pela SYSMED da Grécia.

A AP - associação de praças portuguesas, embora tendo participado efectivamente nos trabalhos da fundação e constituição deste fórum em 11 de Março em Madrid, não fez parte desta carta constitutiva por não ser ainda membro da EUROMIL. Contudo esta condição será brevemente adquirida uma vez que a Associação de Praças já deu início ao seu proces-

so de adesão à EUROMIL.

A ideia que presidiu à constituição deste fórum já é antiga e ganhou novas forças e contornos com as dificuldades sentidas pelas associações dos países do sul da Europa cujos militares continuam a ver-se confrontados com realidades absolutamente diferentes, para pior, daquelas que vemos, ouvimos e lemos relativamente aos nossos congéneres do centro e norte da Europa. Aqueles com quem as nossas tropas partilham as mesmas missões, com os mesmos riscos, mas com reconhecimentos socioprofissionais e protecções sociais diametralmente opostas. ▲

Actividade ASSOCIATIVA

Neste período conturbado em que vivemos, muitas têm sido as razões geradoras de mal-estar entre os militares, com particular incidência na categoria de militares representados pela ANS. Desde as injustiças, distorções e anomalias verificadas (e anteriormente denunciadas junto das entidades com responsabilidades na matéria) no que ao sistema remuneratório diz respeito, passando pela vergonhosa situação vivida no âmbito das carreiras em que a ausência de progressão acentua a desmotivação e descontentamento, tudo isto acentuado pela continuada perda de poder de compra e correspondente agravamento da qualidade de vida dos respectivos agregados familiares, estamos agora a ser confrontados com mais um ataque à Condição Militar desta feita pela forma como está a ser preparada a alteração ao sistema da Saúde Militar. Apresentamos de seguida um resumo da intensa actividade desenvolvida pela nossa associação representativa, resumo que não contempla as inúmeras reuniões de Secretariado, Direcção, Órgãos Sociais ou de Comissões Permanentes dos Ramos.

22MAR – Reunião na Voz do Operário da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa. ANS representada por L. Coelho;

24MAR – Reunião com Sargentos na Ota;

27MAR – Cerimónia de Encerramento do VI Congresso da ASFIC/PJ. ANS representada por L. Coelho;

6ABR – Audiência com a Comissão de Defesa Nacional. Delegação da ANS composta por L. Coelho, M. Ramos, L. Bugalhão e F. Castro;

8ABR – Reunião das APM's na sede da AOFA em Oeiras. ANS representada por L. Coelho;

10ABR – Cerimónia do 92.º Aniversário da Batalha de La Lys e 74.ª Romagem ao Túmulo do Soldado Desconhecido, na Batalha. ANS representada por M. Pereira e A. Mendes;

10ABR – Cerimónia evocativa dos 100 anos da República, na Delegação N.º 1 do CSA;

12ABR – Assembleia-geral de Apresentação de Contas e Plano, na sede da ANS;

12ABR – Reunião na Voz do Operário da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa. ANS representada por L. Coelho;

13ABR – Cerimónia de Boas-Vindas aos 2SAR da Armada, na Delegação n.º 1 do CSA. ANS representada por L. Coelho, A. Dias;

15ABR – Reunião com DGP-RM, no MDN. Delegação da ANS composta por L. Coelho, J. Pereira, M. Ramos e A. Taveira;

15ABR – Reunião do Conselho Consultivo do IASFA. ANS representada por D. Pereira;

15ABR – Concerto no Coliseu, comemorativo dos 36 anos do 25 de Abril. ANS representada por L. Coelho;

20ABR – Debate sobre o "Sistema Retributivo dos Militares" na Delegação n.º 1 do CSA, no Feijó. Iniciativa conjunta da ANS e do CSA;

21ABR – Cerimónia Comemorativa dos 21 anos da situação "Secos & Molhados" organizada pela ASPP/PSP. ANS representada por A. Martins;

21ABR – Cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da Associação de Praças. ANS representada por L. Coelho, L. Bugalhão, A. Taveira e A. Martins;

22ABR – Distribuição de Panfletos à População, no Largo do Camões, em Lisboa;

23ABR – Audiência sobre Privatizações na Assembleia da República. Convite do Grupo Parlamentar do PCP. ANS representada por L. Coelho;

23ABR – Sessão Comemorativa do 36.º aniversário do 25 de Abril na ADFA. ANS representada por L. Coelho;

24ABR – Cerimónia Comemorativa dos 36 anos do 25 de Abril organizada pelo Clube de Praças da Armada. ANS representada por A. Taveira;

24ABR – Cerimónia Comemorativa dos 36 anos do 25 de Abril organizada pelo Clube do Sargento da Armada, na Delegação n.º 1, no Feijó. ANS representada por L. Coelho; J. Pereira, L. Bugalhão;

24ABR – Cerimónia do 36.º aniversário do 25 de Abril promovida pela Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa, na Praça Paiva Couceiro, em Lisboa;

25ABR – Desfile Comemorativo dos 36 anos do 25 de Abril, na Avenida da Liberdade, em Lisboa;

28ABR – Reunião conjunta na Casa Militar da Presidência da República. ANS representada por L. Coelho;

5MAI – Seminário "Os Militares e a 1.ª República", na Academia Militar – Amadora. ANS representada por L. Coelho;

5MAI – Cerimónia Comemorativa do 26.º aniversário da Delegação n.º 1 do CSA, no Feijó. ANS representada por L. Coelho;

6MAI – Reunião com Sargentos do Núcleo de Évora. Delegação da ANS composta por L. Coelho e P. Contreiras;

6MAI – Reunião com Sargentos do Núcleo de Beja. Delegação da ANS composta por L. Coelho e P. Contreiras;

7MAI – Tribuna Pública organizada pela Associação dos Profissionais da Guarda, no Largo do Camões, em Lisboa. ANS representada por L. Coelho e A. Martins;

7MAI – Reunião das APM's (ANS, AOFA e AP) na sede da AOFA, em Oeiras. ANS representada por L. Coelho;

11MAI – Reunião de Sargen-



tos do Núcleo do Entroncamento, na Vila Nova da Barquinha. Delegação da ANS composta por L. Coelho, M. Pereira, J. P. Silva e A. Martins;

14MAI – Cerimónia do 36.º aniversário da ADFA. ANS representada por L. Coelho;

14MAI – Reunião com Sargentos em Vila Franca de Xira. Delegação da ANS composta por L. Coelho e A. Martins;

17MAI – Reunião da Direcção da EUROMIL (Board Meeting), em Bruxelas. ANS representada por L. Coelho;

18MAI – Reunião de Sargentos do Núcleo do Porto. Delegação da ANS composta por L. Coelho, J. P. Leitão, J. P. Silva, A. Nabais e S. Silva;

18MAI – Reunião de Sargentos do Núcleo Leiria/Monte Real. Delegação da ANS composta por J. Pereira, F. Castro e P. Leonardo;

19MAI – Reunião organizada pela COMIL na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L. Coelho;

20MAI – Reunião de Sargentos do Núcleo de Tavira. ANS representada por D. Pereira;

22MAI – 19.º Aniversário e 20.º Encontro Nacional da Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima, em Lagos. ANS representada por L. Coelho;

23MAI – Almoço com Sargentos do Montijo. Delegação da ANS composta por L. Coelho, F. Castro e A. Tomás;

26MAI – Vigília de Militares no Largo do Camões, em Lisboa;

26MAI – Reunião de Sargentos do Núcleo de Viseu. Delegação da ANS composta por L. Coelho e A. Taveira;

10JUN – Cerimónia em Belém alusiva ao 10 de Junho, Dia do Combatente. ANS representada por L. Coelho;

11JUN – Cerimónia de Homenagem ao General Vasco Gonçalves, no 5.º aniversário da sua morte, no Cemitério do Alto de S. João. ANS representada por L. Coelho, J. Pereira e A. Martins;

11JUN – Audiência com o Secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar. Delegação da ANS composta por L. Coelho, J. Pereira e L. Bugalhão;

18JUN – Cerimónia comemorativa do 218.º aniversário do IASFA e descerramento do busto do TGen João António Pinheiro, no CAS-Oeiras. ANS representada por L. Coelho;

19JUN – Escritor, Prémio Nobel, José Saramago em Câmara Ardente no Salão Nobre da CMLisboa. Mensagem de Solidariedade e Condolências em nome da ANS apresentada à família e a dirigentes do PCP presentes por L. Coelho;

21JUN – Reunião com uma Delegação de Enfermeiros Militares na sede da ANS que estava representada por L. Coelho, J. Gonçalves, L. Bugalhão e A. C. Dias;

22JUN – ANS convocada pelo Ministro da Defesa Nacional para Audiência sobre a Saúde Militar. Delegação da ANS composta por L. Coelho, D. Pereira, M. Ramos e J. Gonçalves;

23JUN – Debate "Que Futuro para as Forças Armadas no Centenário da República" integrado nas comemorações do 21.º aniversário da ANS, realizado no Hotel Mundial, em Lisboa;

2JUL – Reunião conjunta na sede da ANS com as seguintes organizações: Associação de Praças, Associação Nacional dos Militarizados da Marinha, Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima e Comissão de Militares na Reserva e Reforma. ANS representada por L. Coelho

e A. Martins;

4 e 05JUL – Reunião de Direcção da EUROMIL (Board Meeting) em Bruxelas. ANS representada por L. Coelho;

9JUL – Conferência de Imprensa conjunta na sede da Associação de Praças;

9JUL – Cerimónia do 47.º aniversário do Clube Recreativo Vale Flor, no Feijó. ANS representada por L. Coelho.

Quando se prepara a edição de mais um número do jornal "O Sargento", está em processo de organização uma iniciativa levada a cabo por um grupo de diferentes organizações, no âmbito da defesa da Saúde Militar e do respeito pela Condição Militar. A bem da verdade convém referir que desde há muito tempo vem a ANS defendendo a necessidade de reestruturar a Saúde Militar. A nossa actual preocupação reside na forma como esta reestruturação está a ser preparada, sobretudo tendo em vista as más práticas verificadas aquando da reestruturação da Assistência na Doença aos Militares.

Porém as preocupações dos militares não se esgotam na Saúde Militar. Como acima se referiu, os problemas relativos ao sistema remuneratório, ao direito a ter uma carreira estruturada, a um método de avaliação coerente e eficaz, ao reconhecimento da formação inerente à condição de Sargento e dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida militar, entre outros de uma lista longa e esgotante, continuam a merecer a atenção dos militares e dos dirigentes associativos em particular, matérias sobre as qual o jornal "O Sargento" não deixará de continuar a dar a necessária visibilidade. ▲

Portugueses confiam nos Militares

Segundo um estudo da GfK, divulgado pela Lusa, que elabora o ranking das profissões mais confiáveis em 19 países, Portugal incluído, os militares são das profissões mais confiáveis.

Os bombeiros lideram a lista, logo seguidos pelos professores, carteiros e médicos. Os militares vêm a seguir à frente das organizações de protecção do ambiente e dos polícias.

No lado oposto da lista vêm os políticos, bem acompanhados pelos advogados, ban-

queiros e gestores de grandes empresas.

A importância deste estudo é fundamental para desmistificar a sensação que, por vezes, nos assalta de que os cidadãos são contra os militares e as Forças Armadas, pelo simples facto de termos ouvido uma qualquer crítica. É verdade que existem detractores da nossa instituição e dos que nela servem, mas é errada a generalização dessas críticas. É sempre um erro tomarmos a árvore pela floresta. ▲

Marcha do Alto Pina

“Alto Pina Engalanado”



Organizada pelo Ginásio do Alto Pina, a Marcha tinha como tema este ano "Alto Pina Engalanado", que remetia para o período histórico do Séc. XVIII, onde proliferavam os fidalgos e os burgueses. As cores dominantes, e que causaram impacto no dia de Santo António, quando as nossas gentes desfilarão orgulhosas das suas origens, foram o rosa e várias tonalidades de dourados.

O Alto do Pina é o bairro popular de Lisboa onde se situa a nossa Sede Social. Como bairro popular que é, participa, desde sempre, com garbo, galhardia e muita alegria no desfile das Marchas Populares na noite de Santo António em Lisboa. ▲

POEMA AO SARGENTO

SARGENTO DE PORTUGAL

HOMEM HERÓI E VALENTE,

AO SERVIÇO DO NOSSO POVO

A NOSSA GENTE,

PELA NOSSA NAÇÃO LUTAI, LUTAI!

MILITAR CORTÊS E LEAL,

A TUA PÁTRIA HONRAI, HONRAI!

SARGENTO, SARGENTO DE PORTUGAL.

Autor: Luís José Lino Teles – Sargento da Armada

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

GABINETE DE PSICOLOGIA

Hoje em dia, procurar ajuda psicológica especializada faz parte do quotidiano de muitas pessoas, pelo que é perfeitamente natural que em algum momento da sua vida, necessite da ajuda de um profissional.

Nesse sentido o **Mestre Francisco Pereira** assinou um protocolo de cooperação entre o Gabinete de Psicologia e a ANS, nas

Áreas de intervenção

Apoio e aconselhamento psicológico
Acompanhamento Psicoterapêutico
Avaliação Psicológica
Psico-oncologia
Orientação vocacional e Profissional

20% Desconto para sócios da ANS e Familiares

Em Lisboa junto à saída do Metro em São Sebastião
TM – 913 120 007

Lista das empresas com as quais a ANS tem protocolos

Videoclube

• CINETKA.COM
Parque das Nações, Av. do Mediterrâneo, Lt. 1.02.1.1-E
1990-155 Lisboa

Escapes para Automóveis

• ENTOESCAPES, LDA
Zona Industrial do Entroncamento, EN 3
2330-909 Entroncamento

Acessórios para Automóveis

• GRACIAUTO
Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30-A (Gaveto)
2330-141 Entroncamento

Aventuras Submersas

• ALIOTIS
AV. Monsenhor Manuel Bastos, Hotel Praia Norte
2520-206 Peniche

Psicólogo

• José de Oliveira Fernandes Gonçalves
Rua João Pinto Ribeiro, Lt. 2-10.º C
1800-233 Lisboa

Centro Médico Dentário

• LUBIDENTE
Rua Professor Noronha Feio, 12-A
2795 Queijas

Gabinete de Psicologia e Apoio Educativo

• QUERER SORRIR
Rua Júlio Lourenço Pinto, 176 J
4150-004 Porto

Pneus para Automóveis

• Sulpneus
Rua Álvaro Ferreira, 7 Zona Industrial St. Marta do Pinhal
2855-591 Corroios

**Informa-te junto da
ANS ▲**

CONCENTRAÇÃO NO LARGO CAMÕES



Na sequência da decisão tomada, oito dias antes, no Encontro de Militares na Reserva e Reforma realizado na Casa do Alentejo, a COMIL em estreita colaboração com a ANS e a AP, promoveu uma concentração no Largo Camões, em Lisboa, no passado dia 26 de Maio, em defesa da Condição Militar.

A concentração que juntou mais de duas centenas de militares fez eco das preocupações e indignação que grassam no seio da família militar, nomeadamente quanto à saúde, complementos de pensão de reforma e outros aspectos de ordem mais geral.

No que à saúde diz respeito, ressalta a intervenção do SMOR Artur Costa que afirmou: "A Saúde Militar tem sido um alvo privilegiado do ataque dos últimos governos, à Condição Militar.

A partir do segundo semestre de 2005, a degradação dos cuidados de saúde, prestados nos hospitais militares, tem vindo a acentuar-se de forma preocupante, fruto dos substanciais cortes e reduções nas ver-

bas orçamentais destinadas a estas unidades militares.

Estes têm vindo a provocar uma redução de pessoal especializado, nomeadamente médicos, havendo especialidades que têm a marcação de consultas parada, devido à escassez destes técnicos, só se conseguindo a tão desejada e necessária consulta ao fim de longos meses de espera, nalguns casos chegando mesmo a um ano, como acontece por exemplo, em Oftalmologia, no Hospital da Força Aérea, ou em Reumatologia, no Hospital Militar Principal.

A situação de degradação, sendo generalizada para todos os militares, independentemente da sua situação – Activo, Reserva ou Reforma – agrava-se para aqueles a quem a lei da vida não perdoa, devido ao avançar da idade: o pessoal na situação de Reforma e os seus cônjuges. Quem não se lembra do intolerável princípio da "Capacidade Sobrante"?

Só que esta capacidade vai diminuindo na proporção inversa dos cortes orçamentais, e ficará reduzida praticamente a zero quando se concretizar um dos objectivos

deste governo, deste Ministra da Defesa: a criação do Hospital Militar Único, em Lisboa.

Objectivo que mais não visa que empurrar os militares nas situações de Reserva e Reforma e os seus cônjuges para o Serviço Nacional de Saúde.

Deixámos de ter operacional, por isso nos lançam fora, depois de uma vida dedicada a Portugal, servindo nas Forças Armadas, nas condições mais difíceis e penosas e, no momento em que mais necessitamos de apoios, fazem-nos o que se faz à pastilha elástica: depois de bem mastigada, quando já não tem açúcar, deita-se fora!"

Quanto ao Complemento de Pensão



de Reforma, o SMOR Álvaro Martins informou os presentes de haver um hipotético acordo entre os ramos das Forças Armadas no sentido de não actualizarem este complemento pelos vencimentos de 2010, mas tomando como referência os vencimentos existentes a 31 de Dezembro de 2009. Adiantou, também, que os ramos estariam a justificar este procedimento com a necessidade de uma alteração legislativa "por existir um vazio legal, porque o diploma que cria o complemento de pensão referir escalões e as novas tabelas em vigor desde 1 de Janeiro referirem níveis remuneratórios".

Álvaro Martins, chamou a isto "desculpas de mau pagador" justificando tratar-se duma falácia, suportando a sua afirmação na leitura do n.º 1 do art. 9 do DL 236/99 de 25 de Junho, alterado pela Lei n.º 25/2000 de 23 de Agosto e mais recentemente através da Lei n.º 34/2008 de 23 de Julho, que se transcreve:

1 – Quando da aplicação das alíneas a) e

b) do n.º 1 do artigo 159º do Estatuto resultar, para os militares que ingressaram nas Forças Armadas em data anterior a 1 de Janeiro de 1990, um montante da pensão de reforma ilíquida, deduzida da percentagem da quota para efeitos de aposentação e de pensão de sobrevivência, a que teriam direito caso a passagem à situação de reforma se verificasse na idade limite estabelecida para o regime geral da função pública, é-lhes abonado, a título de complemento de pensão, o diferencial verificado.

Como se verifica, não existe qualquer referência a escalões, pelo que não existe qualquer vazio legal. A ANS irá preparar até Julho uma minuta de requerimento que disponibilizará, a todos os militares, na sua página da internet, concluiu Álvaro Martins.

Coube ao Cte Fernandes Torres concluir as intervenções na concentração, referindo: "A situação existente suscita legítimas e justas preocupações. Justas preocupações num quadro em que ainda não sentimos o efeito de algumas das medidas adoptadas. Justas preocupações porque as nossas famílias também estarão sujeitas a outras medidas com reflexos na nossa vida familiar. Justas preocupações porque os nossos filhos têm cada vez mais os horizontes de futuro fechados."

Prosseguindo, Fernandes Torres, afirmou: "Mas aquilo a que se assiste de há uns anos para cá é de outra natureza. Agora, aquilo que está em desenvolvimento é a tentativa de desvirtuar por completo os elementos que enformam a Condição Militar. Tentam desvirtuar a Condição Militar sem terem a coragem e a frontalidade de alterar o Estatuto respectivo. Pretendem à surrelfia fazê-lo e, depois de concretizado, conformar o Estatuto à realidade. Pretendem dividir os militares em "os operacionais" que tudo terão, embora nivelado por baixo; os técnicos e os outros, aqueles a quem já roeram a carne e são descartáveis. Como se as Forças Armadas não fossem um todo."

Por último os presentes na concentração mandaram a COMIL para procurar, com as associações socio-profissionais e todos aqueles que sofrem as consequências, destes golpes, as melhores formas de resistir a estes ataques. ▲

OBRIGADO, SARAMAGO!

"A repercussão, no País e no mundo, da morte de José Saramago é bem a expressão do imenso prestígio e admiração de que gozava o nosso Prémio Nobel da Literatura.

Um prestígio e uma admiração que decorriam, naturalmente, da superior qualidade da sua notável obra literária, internacionalmente reconhecida, mas também da postura de intervenção activa na defesa dos explorados, dos injustiçados, dos humilhados e ofendidos, que caracterizou toda a sua vida.

Com efeito, na sua vida como na sua obra, José Saramago manteve sempre uma estreita ligação aos anseios e às aspirações do povo trabalhador – o povo de onde veio, de onde se ergueu e se fez o Nobel levantado do chão.

José Saramago «foi mais» do que «só um escritor maior da língua portuguesa», «foi um homem que acreditou nos homens, mesmo quando os questionava, que



deu expressão concreta à afirmação de Bento de Jesus Caraça da aquisição da cultura como um factor de conquista de liberdade».

«José Saramago sabia que a sua obra e a sua luta seriam sempre algo inacabado. Mas que tinha valido a pena. Valeu sim! É por isso que, para além do sentimento de perda, lhe fazemos uma homenagem sincera que não se quedará neste dia e neste ano da sua morte».

A ANS, na pessoa do seu presidente da Direcção, António Lima Coelho, apresentou, em nome dos Sargentos de Portugal, sinceras condolências à família de Saramago, durante o período em que o corpo esteve em câmara ardente no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa.

Pelo que nos deixaste, a obra, o exemplo de cidadão, a inquietude, a ética... a vida!

Obrigado, Saramago! ▲